



Simulado Especial

**TCE GO**

AUDITOR ESTADUAL DE  
CONTROLE EXTERNO - PÓS-EDITAL

# Simulado

Simulado Especial TCE-GO (Auditor Estadual de Controle Externo)

Nome: \_\_\_\_\_

## INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor Estadual de Controle Externo do TCE-GO**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

## PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/cW4ToAeVz4W3s4cD7>

- |            |            |            |            |             |
|------------|------------|------------|------------|-------------|
| 01 - ABCDE | 21 - ABCDE | 41 - ABCDE | 61 - ABCDE | 81 - ABCDE  |
| 02 - ABCDE | 22 - ABCDE | 42 - ABCDE | 62 - ABCDE | 82 - ABCDE  |
| 03 - ABCDE | 23 - ABCDE | 43 - ABCDE | 63 - ABCDE | 83 - ABCDE  |
| 04 - ABCDE | 24 - ABCDE | 44 - ABCDE | 64 - ABCDE | 84 - ABCDE  |
| 05 - ABCDE | 25 - ABCDE | 45 - ABCDE | 65 - ABCDE | 85 - ABCDE  |
| 06 - ABCDE | 26 - ABCDE | 46 - ABCDE | 66 - ABCDE | 86 - ABCDE  |
| 07 - ABCDE | 27 - ABCDE | 47 - ABCDE | 67 - ABCDE | 87 - ABCDE  |
| 08 - ABCDE | 28 - ABCDE | 48 - ABCDE | 68 - ABCDE | 88 - ABCDE  |
| 09 - ABCDE | 29 - ABCDE | 49 - ABCDE | 69 - ABCDE | 89 - ABCDE  |
| 10 - ABCDE | 30 - ABCDE | 50 - ABCDE | 70 - ABCDE | 90 - ABCDE  |
| 11 - ABCDE | 31 - ABCDE | 51 - ABCDE | 71 - ABCDE | 91 - ABCDE  |
| 12 - ABCDE | 32 - ABCDE | 52 - ABCDE | 72 - ABCDE | 92 - ABCDE  |
| 13 - ABCDE | 33 - ABCDE | 53 - ABCDE | 73 - ABCDE | 93 - ABCDE  |
| 14 - ABCDE | 34 - ABCDE | 54 - ABCDE | 74 - ABCDE | 94 - ABCDE  |
| 15 - ABCDE | 35 - ABCDE | 55 - ABCDE | 75 - ABCDE | 95 - ABCDE  |
| 16 - ABCDE | 36 - ABCDE | 56 - ABCDE | 76 - ABCDE | 96 - ABCDE  |
| 17 - ABCDE | 37 - ABCDE | 57 - ABCDE | 77 - ABCDE | 97 - ABCDE  |
| 18 - ABCDE | 38 - ABCDE | 58 - ABCDE | 78 - ABCDE | 98 - ABCDE  |
| 19 - ABCDE | 39 - ABCDE | 59 - ABCDE | 79 - ABCDE | 99 - ABCDE  |
| 20 - ABCDE | 40 - ABCDE | 60 - ABCDE | 80 - ABCDE | 100 - ABCDE |

**CONHECIMENTOS GERAIS****LÍNGUA PORTUGUESA***Adriana Figueiredo*

**01.** A frase abaixo em que a concordância verbal está adequada é:

- a) Os internautas haviam sido informados sobre a instabilidade de sinal.
- b) Chegou na última temporada os personagens que se tornariam os preferidos da audiência.
- c) Devem haver muitos motivos para a sua ausência.
- d) Tratam-se de assuntos de extrema importância.
- e) Observou-se os dados com muita atenção.

**02.** Todas as frases abaixo permitem que se infira a referência a um local da casa. A frase em que o local indicado está em desacordo com as informações da frase é:

- a) Os brinquedos espalhados dificultavam estacionar o carro / garagem
- b) A mãe apressava a preparação do jantar / cozinha
- c) Assistiam ao jogo e conversavam com os amigos / quarto
- d) Quando chego do trabalho, me joga no sofá / sala de estar
- e) O jovem rapaz aparava a grama e adubava as plantas de sua avó / jardim

**03.** Assinale a opção em que a posição da palavra só causa ambiguidade.

- a) Só um entregador levou sete.
- b) Só, um entregador levou sete.
- c) Um só entregador levou sete.
- d) Um entregador levou só sete.
- e) Um entregador só levou sete.

**04.** Assinale a alternativa que reescreve corretamente o seguinte excerto: "Foram investigadas práticas de docentes de História".

- a) Práticas de docentes de História foi investigada.
- b) Investigaram-se práticas de docentes de História
- c) Docentes de História investigaram suas práticas
- d) Investigarão práticas de docentes de História.
- e) Investigou-se práticas de docentes de História

**05.** Assinale a alternativa em que o segmento sublinhado desempenha uma função de adjetivo.

- a) O diretor esclareceu que não haveria aula após o incidente.
- b) A vida do ser que não busca conhecimento não faz sentido.
- c) Os relatórios sigilosos chegaram quando todos já estavam na repartição.
- d) O Presidente da República disse que estaria em reunião.
- e) Em um lugar frio, todos desejam estar abrigados.

**06.** Assinale a opção em que a troca de posição dos termos ocasiona modificação indevida de sentido.

- a) as melhores ações / as ações melhores.
- b) qualquer situação / situação qualquer.
- c) as pessoas importantes / as importantes pessoas.
- d) contas diversas / diversas contas.
- e) o incrível bar / o bar incrível.

**07.** Uma narrativa mostra uma sequência de ações ou acontecimentos; a frase abaixo que mostra uma ação é:

- a) Os políticos queriam a aprovação do novo projeto.
- b) No processo, as mulheres sempre eram as mais tranquilas.
- c) Pensou ter ouvido barulho vindo dos fundos da casa.
- d) O animal atacou seu adestrador.
- e) Ainda que saudável, permanecia cauteloso.

**08.** O trecho abaixo que poderia ser enquadrado como argumentativo é:

- a) Houve um aumento da evasão escolar no pós-pandemia.
- b) Como afirmam especialistas, a natureza não se sustentará se continuarmos nesse ritmo.
- c) O consumismo chegou ao seu ápice nos últimos anos.
- d) João, após chegar do trabalho, arrumou a mesa e jantou em família.
- e) Não deixe para amanhã o que você pode deixar para lá.

**09.** Assinale a opção que indica a frase que se encontra na ordem direta.

- a) "É difícil vencer a inércia"
- b) "No mundo inteiro, houve um enorme declínio na movimentação natural"
- c) "Superar a inércia não seria tão complicado"
- d) "Ao longo de 15 anos, ele acompanhou 30 mil pessoas"
- e) Deveriam as políticas públicas municipais apostar em cidades com menos carros

**10.** Assinale a opção que apresenta a proposta que mantém a correção gramatical no que tange ao uso da vírgula.

- a) Ouve-se que, ao chegar à Bahia, Dom João VI mandou iluminar todas as ruas.
- b) A natureza resistiu bravamente à dominação dos que, vinham da Europa com destino a terras brasileiras.
- c) A necessidade, de avançar e conquistar que os europeus tinham, deixou marcas históricas irreparáveis.
- d) A população assimilava os padrões impostos mas o processo não ofereceu facilidades.
- e) A violência da colonização e o conflito com o diferente, tornam os colonizados exilados dentro de seu próprio lar.

**11.** "Aperte o botão para liberar o dispositivo. Em seguida, gire a alavanca até atingir o ponto máximo". Esse texto representa, respectivamente, o seguinte modo de organização discursiva e a finalidade do tipo textual:

- a) narrativo / informar
- b) injuntivo / instruir
- c) dissertativo / argumentar
- d) descritivo / explicar
- e) injuntivo / convencer

**12.** Um dos elementos que dá coerência aos textos é a ocorrência de vocábulos que estão dentro de um mesmo campo semântico; nas alternativas a seguir, as palavras que pertencem ao mesmo bloco conceitual são:

- a) computador, software, aplicativo, janelas;
- b) árbitro, programa, rede, sofisticado;
- c) leite, medicamento, internação, produtor;
- d) caro, sofisticado, doação, ouro;
- e) habilidade, jogador, treino, dispositivos.

**13.** *"Nesse sistema não apenas a polícia é a responsável, o Judiciário, o Ministério Público e a sociedade em geral têm que participar do debate".*

A substituição proposta para o segmento destacado que se mostra adequada é:

- a) "Embora, nesse sistema, não apenas a polícia tenha responsabilidade, o Judiciário, o Ministério Público e a sociedade em geral têm que participar do debate"
- b) "Nesse sistema, a polícia é também a responsável, mas o Judiciário, o Ministério Público e a sociedade em geral têm de participar do debate"
- c) "Nesse sistema não apenas a polícia é a responsável, pois o Judiciário, o Ministério Público e a sociedade em geral têm que participar do debate"

- d) "Nesse sistema, não só a polícia, mas também o Judiciário, o Ministério Público e a sociedade em geral são responsáveis e têm de participar do debate"
- e) "Nesse sistema a polícia não é a responsável caso o Judiciário, o Ministério Público e a sociedade em geral participem debate"

**TEXTO PARA AS QUESTÕES 14 E 15**

**Segurança:** (1) situação do que está seguro; afastamento de todo perigo. (2) Demonstração de certeza, de convicção ou comportamento repleto de firmeza, de autoconfiança; confiança. (3) substantivo masculino ou feminino. (4) O que se oferece como garantia; caução.

(www.dicio.com.br)

**14.** O objetivo principal deste pequeno texto é:

- a) Esclarecer o papel do Estado no que tange à segurança.
- b) Contrastar as diferentes acepções do verbete "segurança".
- c) Ressaltar a importância da segurança.
- d) Trazer diferentes conceitos que se opõem.
- e) Informar sobre os significados possíveis do verbete "segurança".

**15.** As informações prestadas nas acepções (1) e (3) do texto acima se localizam, respectivamente, no terreno linguístico da

- a) semântica e morfologia
- b) etimologia e morfologia
- c) semântica e etimologia
- d) etimologia e semântica
- e) morfologia e sintaxe

**LÍNGUA INGLESA**

*Andrea Belo*

**Text from questions 16 to 21.**

**Best Body Fitness**

**Best Body Fitness** isn't just a gym: it's a full-service fitness membership made for you.

Here's how it works:

**STEP ONE: Your assessment**

We begin with an assessment session. This is a chance for you to see what we do at **Best Body**. Our assessment plans are no-cost and no-risk. We'll also make a training plan specifically for you.

**STEP TWO: Your training**

When you decide to become a **Best Body** member, we show you what to do, how to do it and why you are doing it. After a few sessions with an expert private trainer you will feel comfortable working out on your own. But don't worry, we'll always be nearby if you have questions.

**STEP THREE: Your membership**

Membership works on a month-to-month basis. There are no sign-up fees and no cancellation fees. Start and stop whenever you want. And the best part? Our fees are the most competitive in the whole downtown area.

**STEP FOUR: Your community**

At **Best Body Fitness**, we see everyone as part of a big team. And when you work with a team, you can do great things. Join any of our specialised classes, led by expert instructors. Come to our nutrition classes. Participate in our regular social events. Everything is included in your fee.

Finally, we wanted to share with you some reasons why our members say that they have chosen us over any other fitness centre in the city.

<https://learnenglish.britishcouncil.org/sites/podcasts/files/LearnEnglish-Reading-B1-A-flyer-for-a-gym.pdf>

**16.** What is the main focus of the text?

- a) Best Body Fitness offers a gym membership with no expert help or community support.
- b) Best Body Fitness provides a gym membership with sign-up and cancellation fees.



- c) Best Body Fitness emphasizes support, expert help, and community in their full-service fitness membership.
- d) Best Body Fitness offers specialized classes led by inexperienced instructors.
- e) Best Body Fitness is far from people's houses.

**17.** Mark the sentence that describes the context of the text

- a) "Membership works on a month-to-month basis."
- b) "At Best Body Fitness, we see everyone as part of a big team."
- c) "When you decide to become a Best Body member, we show you what to do."
- d) "Our fees are the most competitive in the whole downtown area."
- e) "Your assessment"

**18.** Which idea does not describe the text content?

- a) "Our assessment plans are no-cost and no-risk."
- b) "We'll always be nearby if you have questions."
- c) "There are sign-up fees and cancellation fees."
- d) "Membership works on a month-to-month basis."
- e) "The gym it's a full-service fitness membership"

**19.** In the text, what does "we" refer to?

- a) The city.
- b) The downtown area.
- c) Best Body Fitness.
- d) Specialized classes.
- e) people.

**20.** Which verb situation is used in the sentence "Membership works on a month-to-month basis"

- a) Present moment
- b) Something continuous
- c) Past happening
- d) Future action
- e) imperative order

**21.** What is a synonym for "competitive" as used in the text?

- a) Easy-going
- b) Cooperative
- c) Challenging
- d) Fair
- e) shy

**Text for questions 22 to 25**

### **The History of Coffee**

*No one knows exactly how or when coffee was discovered,*

*though there are many legends about its origin*

Coffee grown worldwide can trace its heritage back centuries to the ancient coffee forests on the Ethiopian plateau. There, legend says the goat herder Kaldi first discovered the potential of these beloved beans. The story goes that that Kaldi discovered coffee after he noticed that after eating the berries from a certain tree, his goats became so energetic that they did not want to sleep at night.

Kaldi reported his findings to the abbot of the local monastery, who made a drink with the berries and found that it kept him alert through the long hours of evening prayer. The abbot shared his discovery with the other monks at the monastery, and knowledge of the energizing berries began to spread.

As word moved east and coffee reached the Arabian peninsula, it began a journey which would bring these beans across the globe.

Coffee cultivation and trade began on the Arabian Peninsula. By the 15th century, coffee was being grown in the Yemeni district of Arabia and by the 16th century it was known in Persia, Egypt, Syria, and Turkey.

Coffee was not only enjoyed in homes, but also in the many public coffee houses — called qahveh khaneh — which began to appear in cities across the Near East. The popularity of the coffee houses was unequaled and people frequented them for all kinds of social activity. Not only did the patrons drink coffee and engage in conversation, but they also listened to music, watched performers, played chess and kept current on the news. Coffee houses quickly became such an important center for the exchange of information that they were often referred to as “Schools of the Wise.”

<https://www.ncausa.org/About-Coffee/History-of-Coffee>

**22.** What is the main focus of the text?

- a) The text provides a guide on how to brew coffee at home.
- b) The text explores the historical origins and spread of coffee worldwide.
- c) The text discusses the health benefits of drinking coffee.
- d) The text analyzes the economic impact of coffee production.
- e) Analysis of the coffee farms.

**23.** Which sentence accurately describes how Kaldi discovered coffee according to the text?

- a) Kaldi discovered coffee through scientific experimentation.
- b) Kaldi discovered coffee after observing the behavior of his goats.
- c) Kaldi discovered coffee while exploring the forests of Arabia.
- d) Kaldi discovered coffee while studying ancient texts.
- e) Kaldi helped his family with the coffee production.

**24.** Which sentence does NOT accurately represent the role of coffee houses in ancient times?

- a) "Coffee houses were hubs for social interactions and entertainment."
- b) "People frequented coffee houses to enjoy music, performances, and games."
- c) "Coffee houses primarily served as places for solitary meditation and reflection."
- d) "Patrons of coffee houses kept themselves informed about current events and engaged in discussions."
- e) "Coffee houses quickly became such an important center for the exchange"

**25.** What is a synonym for "unequaled" as used in the text?

- a) unmatched
- b) inferior
- c) similar
- d) ordinary
- e) equal

**NORMAS ESPECÍFICAS DO ESTADO DE GOIÁS (LEI ESTADUAL Nº 16.168; E RESOLUÇÕES 19 E 22 DO TCE-GO)**

*Herbert Almeida*

**26.** O Presidente do Tribunal de Contas do Estado, durante o período de recesso do Tribunal, determinou a suspensão cautelar de processo de licitação pública. Contudo, a entidade pública encarregada da licitação entendeu que os pressupostos para a concessão da medida cautelar não foram observados, motivo pelo qual resolveu impugnar a decisão do Presidente do TCE. Nesse caso, caberá:

- a) recurso de reconsideração, no prazo de trinta dias.
- b) agravo, no prazo de dez dias.
- c) embargos de declaração, no prazo de dez dias.
- d) recurso de revisão, no prazo de trinta dias.
- e) pedido de reexame, no prazo de vinte dias.

**27.** Joana é conselheira-substituta do Tribunal de Contas do Estado de Goiás. Nesse caso, pode-se afirmar que Joana:

- a) no exercício regular das atribuições, terá as mesmas garantias e impedimentos de juiz de direito de última entrância.
- b) quando em substituição a conselheiro, terá as mesmas garantias, prerrogativas, e impedimentos de ministro do STF.
- c) está ocupando cargo em comissão, cuja escolha compete ao Governador do Estado.
- d) quando não convocado para substituir conselheiro, o auditor atuará junto à Secretária de Controle Externo, realizando auditorias e instruindo processos.
- e) após adquirir a vitaliciedade, só perderá o cargo por sentença judicial transitada em julgado, ou ainda por processo administrativo disciplinar, assegurada a ampla defesa.

**28.** A respeito das competências dos órgãos que compõem a estrutura do Tribunal de Contas de Goiás, pode-se afirmar que:

- a) ao Corregedor-Geral compete o exercício das atividades correccionais, devendo relatar os processos administrativos disciplinares, aplicando sanções administrativas cabíveis, desde que observado o contraditório e a ampla defesa.
- b) compete ao Plenário deliberar sobre todos os assuntos que entender urgentes, ainda que da competência ordinária das Câmaras.
- c) as câmaras são competentes para julgar prestação e tomada de contas, salvo quando se tratar de tomada de contas especial.
- d) o Presidente do TCE é competente para emitir votos no caso de desempate, em processo submetido ao Plenário, mas não é competente para votar nas eleições.
- e) o Vice-Presidente do TCE deverá suceder o Presidente, em caso de vacância deste cargo, a qualquer momento.

**29.** Jorge é titular de unidade técnica do Tribunal de Contas de Goiás e recebeu um processo que demandaria vários meses de trabalho. O tema da fiscalização é complexo e diversos órgãos e entidades deverão ser visitados, in loco, para que seja possível emitir conclusões. Por isso, para viabilizar o planejamento, propôs corretamente a realização de:

- a) levantamento, como instrumento hábil para conhecer os programas que serão fiscalizados e avaliar a viabilidade da fiscalização, prescindindo de plano de fiscalização.
- b) auditoria, que é o instrumento adotado no controle de temas complexos, somente podendo ser realizada mediante previsão no plano anual de fiscalização.
- c) inspeção, para suprir as lacunas e omissões necessárias para o planejamento de novas fiscalizações.



d) acompanhamento ou monitoramento, que servem para acompanhar os programas e os resultados das decisões do TCE.

e) levantamento, que serve para esclarecer dúvidas e suprir omissões e lacunas, mas que somente poderá ser realizado se houver previsão no plano de fiscalização.

**30.** Considerando a natureza do processo de controle externo e as relações entre o Tribunal de Contas e o Poder Judiciário, é correto afirmar que:

a) dada a natureza administrativa dos processos de controle externo, é inviável a aplicação subsidiária do Código de Processo Civil no âmbito do Tribunal de Contas de Goiás.

b) contra as decisões dos tribunais de contas, são cabíveis recursos administrativos direcionados ao próprio Tribunal e, em última instância, ao Poder Judiciário.

c) o Poder Judiciário, ao exercer o controle sobre as decisões dos tribunais de contas, busca restabelecer a legalidade, invalidando a decisão por ilegalidade grave ou modificando o mérito da decisão de julgamento das contas.

d) a decisão do Tribunal de Contas não faz coisa julgada formal, uma vez que é passível de revisão em processo próprio, perante o Poder Judiciário.

e) o controle judicial sobre as decisões dos tribunais de contas ocorre mediante ação autônoma daquela que tramita no Tribunal, realizada mediante mandado de segurança ou ação ordinária.

## **NORMAS ESPECÍFICAS DO ESTADO DE GOIÁS (DEMAIS TÓPICOS)**

*Tiago Zanolla*

**31.** Carlos, também servidor no Tribunal de Contas, ao trabalhar em um caso controverso, ponderou sobre como comunicar-se com a imprensa. Ele sabe que a interação com os meios de comunicação deve ser cuidadosa, especialmente em relação a processos pendentes de julgamento. De acordo com o Código de Ética do Tribunal, qual deve ser a postura de Carlos ao lidar com a imprensa em relação a um processo ainda não julgado?

a) Carlos pode discutir detalhes do processo com a imprensa, desde que sua opinião favoreça a imagem do Tribunal de Contas.

b) Deve abster-se de emitir opiniões sobre o processo pendente de julgamento, mas pode criticar decisões já tomadas pelos órgãos da Corte.

c) É permitido a Carlos expressar sua opinião pessoal sobre o processo, contanto que não revele detalhes sigilosos.

d) Carlos deve evitar emitir qualquer opinião sobre o processo pendente de julgamento, inclusive evitando críticas a despachos, votos ou acórdãos de órgãos da Corte.

e) Ele pode oferecer informações genéricas sobre o processo, evitando detalhes específicos, para não comprometer a imparcialidade do julgamento.

- 32.** Marina, gestora de recursos humanos no Tribunal de Contas, enfrenta um dilema. Um servidor do tribunal, que havia sido demitido, teve sua reintegração determinada por decisão judicial. O cargo original do servidor foi extinto durante o período de sua demissão. Marina busca orientação sobre como proceder conforme a legislação vigente. Considerando o Regime Jurídico dos Servidores, qual é a medida correta a ser tomada em relação ao servidor reintegrado cujo cargo foi extinto?
- a) O servidor deve ser imediatamente reintegrado em um cargo de natureza e remuneração equivalentes ao extinto.
  - b) Marina deve garantir que o servidor seja colocado em disponibilidade até que um cargo compatível esteja disponível.
  - c) O servidor reintegrado deverá ser indenizado pela extinção do cargo e pela impossibilidade de reintegração.
  - d) O servidor pode escolher entre aguardar por um cargo equivalente ou receber uma indenização pela extinção do seu cargo.
  - e) Marina deve criar um novo cargo equivalente ao extinto exclusivamente para acomodar o servidor reintegrado.
- 33.** Eduardo, membro recém-empossado do Tribunal de Contas, tem diversas dúvidas sobre a conduta esperada em sua nova função. Ele sempre foi muito ativo na comunidade empresarial de sua cidade, participando ativamente da gestão de várias empresas. Agora, diante das responsabilidades de seu cargo no Tribunal, Eduardo questiona até que ponto pode manter suas atividades empresariais. De acordo com o código de ética do Tribunal de Contas, qual é a conduta correta de Eduardo em relação à sua participação em atividades empresariais?
- a) Eduardo pode continuar a exercer sua atividade empresarial, desde que não participe de licitações ou contratos com o setor público.
  - b) Ele deve se afastar completamente de qualquer atividade empresarial, mesmo como acionista ou cotista, para evitar conflitos de interesse.
  - c) Eduardo está autorizado a manter suas atividades empresariais, desde que não exerça o controle ou a gerência das empresas das quais é acionista ou cotista.
  - d) Pode manter suas atividades empresariais sem restrições, visto que sua experiência no setor privado pode contribuir para a sua atuação no Tribunal de Contas.
  - e) Deve transferir a gerência de suas empresas para terceiros, podendo manter-se apenas como investidor indireto, sem participação ativa nas decisões empresariais.
- 34.** Sofia, com 76 anos, recentemente viúva, descobre que o processo judicial em que seu marido buscava a revisão de sua aposentadoria ainda tramita na Justiça. Ao saber da existência de legislação que assegura prioridade na tramitação de processos para idosos, ela questiona se tal prioridade se estenderia a ela, agora que é a interessada no processo. De acordo com a Lei Estadual nº 13.800/2001, como fica a situação da prioridade na tramitação do processo após a morte do beneficiado?
- a) A prioridade na tramitação do processo é extinta com a morte do beneficiado, não podendo ser transferida para Sofia.
  - b) Sofia precisa ter mais de 80 anos para poder usufruir da prioridade de tramitação que era do seu marido.
  - c) A prioridade de tramitação se estende automaticamente a Sofia, desde que ela comprove seu casamento ou união estável com o falecido.
  - d) Sofia deve iniciar um novo processo para requerer a revisão da aposentadoria, pois a prioridade não se aplica a sucessores.
  - e) A prioridade de tramitação se estende em favor do cônjuge supérstite, companheiro ou companheira, em união estável, independentemente da idade.

35. Diante das suspeitas de enriquecimento ilícito, a sindicância patrimonial em relação a Marcelo foi formalmente instaurada. Considerando o procedimento estabelecido pelo Regime Jurídico dos Servidores, qual a característica que define o procedimento da sindicância patrimonial?

- a) A sindicância patrimonial é um procedimento público, com participação ativa da sociedade civil para garantir transparência.
- b) Trata-se de um procedimento sigiloso e exclusivamente investigativo, sem caráter punitivo imediato.
- c) O procedimento permite a aplicação de penalidades preliminares ao servidor investigado, baseadas nas suspeitas iniciais.
- d) É conduzido por uma única autoridade, garantindo maior celeridade e eficiência na investigação.
- e) A sindicância tem prazo indefinido, permitindo uma investigação completa sem restrições de tempo.

## **CONTROLE EXTERNO**

*Herbert Almeida*

36. De acordo com a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei 14.133/2021), as contratações públicas deverão submeter-se a práticas contínuas e permanentes de gestão de riscos e de controle preventivo, inclusive mediante adoção de recursos de tecnologia da informação, e, além de estar subordinadas ao controle social.

Além disso, sobre o papel dos Tribunais de Contas no controle das contratações públicas, nos termos da Lei 14.133/2021, pode-se afirmar que:

- a) as linhas de defesa são formadas pelos agentes públicos e órgãos da administração promotora da licitação, como os agentes de licitação, órgãos de assessoramento jurídico e sistema de controle interno, mas não pelo Tribunal de Contas, uma vez que este é órgão do sistema de controle externo.
- b) ao suspender cautelarmente o processo de licitação, o Tribunal de Contas, após o decurso do prazo legal, deverá pronunciar-se sobre o modo como será garantido o atendimento do interesse público obstado pela suspensão da licitação, no caso de objetos essenciais ou de contratação por emergência.
- c) a Nova Lei de Licitações veda que o Tribunal de Contas da União emita medidas cautelares sem a prévia oitiva da autoridade competente, buscando evitar que o interesse público seja obstado pela suspensão da licitação.
- d) A decisão que examinar o mérito da medida cautelar que suspender processo de licitação deverá definir as medidas necessárias e adequadas, em face das alternativas possíveis, para o saneamento do processo licitatório, mas não poderá determinar a sua anulação.
- e) A Nova Lei de Licitações expressamente faculta ao gestor público descumprir a medida cautelar do Tribunal de Contas, de forma fundamentada, como meio para assegurar o cumprimento do interesse público.

**37.** O Tribunal de Contas do Estado Alfa indeferiu o registro de admissão de diversos professores contratados pela prefeitura do Município Gama, uma vez que o provimento se deu sem concurso público.

Em sua manifestação, o Prefeito Municipal alegou que a contratação tomou por base lei municipal que afastava a necessidade de concurso para professores efetivos da rede pública. Ademais, o Prefeito alegou que a palavra final sobre a admissão caberia à Câmara de Vereadores, que detém a titularidade do controle externo.

Entretanto, o Tribunal de Contas manteve o indeferimento do registro, afastando a aplicação da lei municipal, por suposta inconstitucionalidade.

Considerando a situação acima, marque a alternativa correta, com base na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal:

- a) A Câmara Municipal poderá afastar a decisão do Tribunal de Contas do Estado, mediante decisão de dois terços dos seus membros.
- b) O Tribunal de Contas não poderá afastar a lei municipal, pois não detém prerrogativa de exercer o controle de constitucionalidade.
- c) O Tribunal de Contas poderá afastar a aplicação da lei municipal, para evitar resultado inconstitucional, em razão de violação patente a dispositivo da Constituição.
- d) Somente no caso de violação de jurisprudência do Supremo Tribunal Federal caberia ao Tribunal de Contas afastar a aplicação da lei inconstitucional.
- e) Não cabe ao Tribunal de Contas realizar o controle de legalidade de admissão de servidores efetivos.

**38.** A Comissão Mista Permanente de Deputados e Senadores, prevista no art. 166, § 1º, da Constituição Federal, recebeu denúncia sobre a realização de despesas supostamente não autorizadas na lei orçamentária anual. Após solicitar pronunciamento da autoridade responsável, a Comissão não ficou satisfeita, situação em que pediu pronunciamento do TCU sobre a matéria.

Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- a) Por se tratar de controle político, não compete ao TCU pronunciar-se sobre o tema.
- b) Cabe ao TCU solicitar pronunciamento da Comissão Mista Permanente, caso em que o Tribunal poderá propor diretamente que o Congresso Nacional promova a sustação da despesa, uma vez que se trata de contrato administrativo.
- c) Caso o TCU entenda que a despesa é irregular, a Comissão Mista Permanente poderá realizar a sua sustação, desde que o gasto possa causar dano irreparável ou grave lesão à economia pública.
- d) O TCU deverá emitir pronunciamento conclusivo sobre a matéria, no prazo de trinta dias.
- e) Entendendo irregular a despesa, o TCU determinará a sua sustação, comunicando o fato à Comissão Mista Permanente.

**39.** Considerando a jurisprudência do STF, marque a opção correta.

- a) As decisões do TCU sobre a constitucionalidade de leis e atos normativos do poder público possuem eficácia vinculante e *erga omnes*, no âmbito de toda a administração pública federal, por se tratar de processo de natureza objetiva.
- b) A apreciação das contas de governo dos prefeitos será exercida pelas Câmaras Municipais, com o auxílio dos Tribunais de Contas competentes, cujo parecer prévio somente deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos vereadores, mas o julgamento das contas de gestão dos Prefeitos caberá ao respectivo Tribunal de Contas.
- c) O município prejudicado tem competência concorrente com o Estado-Membro para mover a ação de execução de crédito decorrente de multa aplicada por Tribunal de Contas estadual a agente público municipal, em razão de danos causados ao erário municipal.
- d) Os tribunais de contas têm o prazo de cinco anos, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas, para julgar a legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria, reforma e pensão, mas nesse tipo de processo não haverá concessão de contraditório e ampla defesa.
- e) O TCU somente terá competência para quebrar o sigilo bancário quando se tratar de instituições financeiras públicas, em relação aos financiamentos concedidos com recursos públicos.

**40.** Sobre as contas do chefe do Poder Executivo, marque a alternativa correta.

- a) O prazo constitucional para a emissão do parecer prévio é cabal, motivo pelo qual a ausência de emissão de parecer prévio, no prazo definido, autoriza a realização do julgamento das contas do chefe do Poder Executivo, independentemente da emissão da opinião da Corte de Contas.
- b) A deliberação da Câmara de Vereadores sobre as contas do chefe do Poder Executivo local há de respeitar o princípio constitucional do devido processo legal, sob pena de a resolução legislativa importar em transgressão ao sistema de garantias consagrado pela Constituição Federal.
- c) O parecer prévio é peça técnica de natureza opinativa para as contas do Presidente da República e vinculante para as contas dos prefeitos municipais.
- d) Caso a Câmara Municipal tenha a intenção de julgar irregular as contas do prefeito municipal, a deliberação exigirá o quórum qualificado de dois terços dos seus membros.
- e) O Tribunal de Contas da União não deverá conceder o contraditório e ampla defesa na apreciação das contas do Presidente da República, uma vez que o parecer prévio tem caráter meramente opinativo.



**41.** Considere as seguintes situações hipotéticas:

- I. A União transferiu recursos, mediante convênio, para o município Alfa, para a construção de uma ponte.
- II. A União recebeu e transferiu os recursos decorrentes de *royalties* de exploração de petróleo, devidos ao estado Beta.

Considere que o TCE do Estado Beta é encarregado de fiscalizar tanto o município Alfa como o Estado Beta.

Sobre essas situações, é correto afirmar que:

- a) No primeiro caso, a competência para a realização da fiscalização dos recursos transferidos pertence ao Tribunal de Contas do Estado, afastando-se a atribuição do TCU.
- b) No segundo caso, a competência fiscalizatória pertence ao Tribunal de Contas do Estado Beta, uma vez que se trata de transferência obrigatória.
- c) Nos dois casos, a competência para fiscalizar a aplicação dos recursos será concorrente, entre o TCU e o TCE.
- d) No primeiro caso, a competência para fiscalizar a aplicação será do TCE, enquanto no segundo a competência será do TCU.
- e) No primeiro caso, a Controladoria-Geral da União não poderá realizar fiscalização, sob pena de ofender a autonomia do ente municipal.

**42.** Joana é deputada federal e recebeu, em seu gabinete, um “dossiê” sobre supostas irregularidades em contrato administrativo firmado pela autarquia federal Alfa. Inconformada com os fatos, Joana resolveu solicitar ao TCU a realização de auditoria. Nesse caso, é correto afirmar que:

- a) o Tribunal será obrigado a realizar a auditoria, uma vez que, como parlamentar, Joana goza da prerrogativa de solicitar a realização de fiscalizações.
- b) Joana não goza de legitimidade para solicitar a realização de auditorias e inspeções, mas isso não impede que ela formule denúncia perante o Tribunal.
- c) o pedido de Joana deveria ser encaminhado, inicialmente, para o Plenário da Câmara dos Deputados, uma vez que somente os plenários da Câmara e do Senado possuem a prerrogativa de solicitar ao TCU a realização de fiscalizações.
- d) o TCU somente realiza auditorias e inspeções de ofício, uma vez que não se subordina ao Congresso Nacional.
- e) ainda que o pedido seja assinado pelo presidente de comissão técnica ou de inquérito, o Tribunal deverá decidir discricionariamente se o pleito será atendido, conforme a disponibilidade em seu plano de fiscalizações.

**43.** Os tribunais de contas são órgãos de controle externo, encarregados da proteção do patrimônio público. São competências dos tribunais de contas, entre outras, emitir parecer prévio sobre as contas prestadas anualmente pelo Chefe do Poder Executivo e julgar as contas dos administradores e demais responsáveis por recursos públicos. Porém, em relação às contas do responsável pela gestão do próprio Tribunal de Contas, não há disposição expressa na Constituição Federal.

Sobre esse tema, considerando as disposições da Constituição Federal, da legislação e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, marque a opção correta.

- a) Segundo o STF, em respeito ao princípio da segregação de funções e da separação dos poderes, as contas de todos os tribunais de contas devem ser julgadas pelo Poder Legislativo do respectivo ente da Federação.
- b) É inconstitucional a exigência legal de que a comissão mista permanente de senadores e deputados, prevista na Constituição Federal, deverá emitir parecer sobre as contas dos tribunais de contas.
- c) As contas prestadas anualmente pelos tribunais de contas dos municípios, que são órgãos estaduais, deverão ser julgadas pelo Tribunal de Contas do Estado, não se admitindo que o julgamento seja realizado pela Assembleia Legislativa.
- d) De acordo com o STF, as contas do Tribunal de Contas da União deverão receber parecer prévio do próprio TCU, competindo ao Congresso Nacional a realização do julgamento.
- e) As contas dos tribunais de contas municipais, onde houver, serão necessariamente julgadas pelo próprio Tribunal, uma vez que as câmaras municipais somente gozam de competência para julgar as contas dos prefeitos.

**44.** De acordo com a Constituição Federal, o Tribunal de Contas da União deverá encaminhar relatório de suas atividades. Sobre o tema, pode-se afirmar que:

- a) os referidos relatórios têm a natureza de prestação de contas, motivo pelo qual o Congresso Nacional deverá apreciá-los e julgá-los, no prazo constitucional.
- b) o TCU deverá apresentar relatórios trimestrais e anuais sobre as suas atividades, mas tais relatórios não têm natureza de prestação de contas anual.
- c) esses relatórios, além de permitirem que o Legislativo possa acompanhar o desempenho das atribuições do Tribunal de Contas, também se destinam a expor ao Legislativo a situação das finanças públicas administradas pelos órgãos e entidades governamentais.
- d) os relatórios devem ser enviados Supremo Tribunal Federal e ao Ministério Público, para que estes possam avaliar o desempenho do Tribunal de Contas da União.
- e) os referidos relatórios são enviados de forma consolidada pelo TCU, com informações de atividades de todos os tribunais de contas, incluindo os estaduais, uma vez que não existe disposição semelhante para as cortes de contas dos estados.

**45.** Nos termos da Constituição Federal, não é finalidade do Sistema de Controle Interno:

- a) avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos da União;
- b) comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e nas entidades da Administração Federal;
- c) exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres da União;
- d) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional;
- e) comprovar a legalidade e avaliar os resultados quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da aplicação de recursos privados por entidades de direito privado.

**46.** O sistema clássico de repartição de competências defendido pelo Barão de Montesquieu, em O espírito das leis, não atende mais à complexidade da sociedade atual. É inimaginável acreditar que o poder, na sociedade, divida-se apenas em três plexos de competência: legislativo, executivo e judiciário. O sistema atual é muito mais complexo, motivo pelo qual vários Estados acabam instituindo estruturas autônomas, sem subordinação a qualquer dos Poderes clássicos.

Nessa linha, é correto afirmar que o Tribunal de Contas da União:

- a) é órgão subordinado às casas do Poder Legislativo, ainda que não faça parte deste Poder.
- b) compõe o Poder Judiciário, mas goza de características e prerrogativas próprias.
- c) não faz parte da estrutura dos três Poderes, motivo pelo qual as suas decisões formam coisa julgada em sentido estrito.

d) não compõe o Poder Legislativo, mas as suas decisões estão sujeitas à revisão das casas legislativas, que são titulares do controle externo.

e) não é subordinado ao Poder Legislativo, exercendo atribuições próprias e privativas, nos termos da Constituição Federal.

**47.** O Tribunal de Contas do Estado Alfa julgou as contas de João, imputando-lhe débito e multa. Nesse caso, é correto afirmar que a decisão do Tribunal terá eficácia de:

a) título executivo extrajudicial, cuja execução caberá ao próprio Tribunal de Contas, por intermédio de seu Ministério Público especializado.

b) título executivo judicial, cuja execução caberá ao Ministério Público ou à procuradoria jurídica do ente beneficiário da decisão.

c) título executivo extrajudicial, cuja execução caberá ao ente público beneficiário da condenação imposta, por intermédio de seus procuradores que atuam junto ao órgão jurisdicional competente.

d) título executivo judicial ou extrajudicial, cuja natureza dependerá da forma de execução da decisão.

e) título executivo extrajudicial, cuja execução caberá ao Ministério Público especializado, que funciona junto ao Tribunal, ou à procuradoria do órgão competente.

**48.** Sobre a natureza do Tribunal de Contas da União, considerando as disposições jurisprudenciais, doutrinárias e constitucionais, é correto afirmar que:

- a) O TCU é entidade administrativa da União, com natureza de direito público, criado por lei para o desempenho das funções de proteção dos recursos públicos federais.
- b) Segundo o STF, o Tribunal de Contas da União não goza de capacidade processual, nem mesmo para a defesa de suas prerrogativas constitucionais, uma vez que é despido de personalidade jurídica, motivo pelo qual a sua representação deverá ser realizada por intermédio da Advocacia-Geral da União.
- c) Em virtude de sua estatura constitucional, o Tribunal de Contas da União pode recorrer de sentença judicial que invalide as suas decisões.
- d) A Constituição Federal assegura ao Tribunal de Contas da União competência para fiscalizar todos os Poderes da União, até mesmo o Judiciário e o Legislativo, ainda que este último seja o titular do controle externo.
- e) O controle administrativo do Tribunal de Contas da União é realizado pelo Conselho Nacional dos Tribunais de Contas, nos mesmos moldes como ocorrem os controles realizados pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo Conselho Nacional do Ministério Público, sobre as atividades, respectivamente, do Poder Judiciário e do Ministério Público.

**49.** Os sistemas de controle elucidam o conjunto de ferramentas para a realização do controle da atividade estatal. Sobre esse tema, é correto afirmar que:

- a) no sistema do contencioso, a decisão da administração pública não faz coisa julgada, de tal forma que será possível rever os atos do poder público por meio de ação judicial.
- b) o Brasil adota a dualidade de jurisdição, uma vez que as decisões da administração pública somente fazem coisa julgada em sentido material, motivo pelo qual é possível debater a matéria no âmbito do Judiciário.
- c) o sistema inglês é típico dos países do *common law* e representa a unicidade de jurisdição, o que não veda, entretanto, que os litígios sejam resolvidos em âmbito administrativo.
- d) as decisões dos tribunais de contas representam um modelo misto, uma vez que são decisões administrativas de natureza jurisdicional.
- e) no sistema adotado no Brasil, qualquer litígio administrativo poderá ser levado ao Poder Judiciário, independentemente de prévio requerimento perante o poder público.

50. João é Analista de Controle Externo e foi designado pelo TCE GO para participar de um congresso com a participação de servidores de diversos tribunais de contas do Brasil. Em um dos eventos, ele acompanhou a palestra de Antonio, Auditor de Controle Externo do TCE do estado Alfa. Na apresentação de Antonio, constava uma explicação sobre a destinação dos recursos arrecadados com as multas proporcionais aos danos causados ao erário, em razão dos processos de contas realizados no âmbito dos municípios. Nesse caso, considerando que o TCE do estado Alfa é encarregado de fiscalizar os recursos estaduais e os recursos de todos os municípios do respectivo estado, constava corretamente na apresentação que:

- a) em qualquer hipótese, as multas deveriam ser recolhidas aos cofres do governo do Estado, uma vez que o Tribunal é órgão estadual.
- b) o valor do ressarcimento do dano ao erário, quando se tratar de recursos municipais, será recolhido aos cofres do Tesouro Municipal, mas o valor da multa deverá ser revertido para fundo próprio, para o custeio das atividades de fiscalização.
- c) a multa proporcional ao dano é considerada “valor acessório”, devendo ser recolhida para os mesmos cofres do valor do ressarcimento ao erário, ou seja, para os cofres do município.
- d) ainda que a multa seja aplicada contra agente público municipal, o valor deverá ser recolhido ao Tesouro do Estado.
- e) o Estado e o município serão credores solidários do montante da multa, que poderá ser executada pela procuradoria de qualquer desses entes.

## **AUDITORIA GOVERNAMENTAL**

*Guilherme Sant'anna*

51. Sobre os tipos de auditoria e a natureza dos trabalhos realizados pelo auditor, assinale a afirmativa correta.

- a) Em geral, as auditorias são trabalhos de “asseguração limitada”, uma vez que os procedimentos executados são suficientes para subsidiar uma opinião do auditor quanto à conformidade ou não do objeto com todos os aspectos relevantes.
- b) Nos trabalhos de certificação, o auditor mensura e avalia o objeto de acordo com os critérios aplicáveis.
- c) No trabalho de relatório direto, a parte responsável assume a responsabilidade por auditar e avaliar o objeto de auditoria de acordo com os critérios aplicáveis.
- d) Nos trabalhos de asseguração limitada, os procedimentos executados são limitados em comparação com os que são necessários para obter asseguração razoável, mas ainda assim espera-se que o nível de asseguração seja significativo para os usuários previstos.
- e) Nos trabalhos de asseguração razoável, os procedimentos adotados são suficientes para emissão de opinião com segurança absoluta sobre a conformidade das demonstrações financeiras.



**52.** No planejamento e condução dos trabalhos de auditoria, os auditores devem gerenciar os riscos de fornecer um relatório que seja inadequado nas circunstâncias da auditoria. Acerca desse processo de gerenciamento dos riscos em auditoria, analise os itens a seguir.

- I. O risco de auditoria é o risco de que o relatório de auditoria possa ser inadequado.
- II. Quando o objetivo é fornecer asseguração razoável, o auditor deve reduzir o risco de auditoria a um nível aceitavelmente baixo, dadas as circunstâncias da auditoria.
- III. A auditoria pode também visar fornecer asseguração limitada, caso em que o risco aceitável de não conformidade com critérios é menor do que em uma auditoria de asseguração razoável.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) I;
- b) II;
- c) I e II;
- d) I e III;
- e) II e III.

**53.** Entre os objetivos de uma auditoria financeira encontram-se elementos que são reconhecidos, mensurados e apresentados em demonstrações financeiras. Em decorrência disso, as auditorias financeiras devem ser realizadas:

- a) a partir de escopo definido pelos usuários previstos
- b) sempre como trabalhos de certificação
- c) com garantia de asseguração limitada
- d) geralmente para a emissão de relatório direto
- e) somente em demonstrações intermediárias

**54.** Os auditores reconhecem que a materialidade é um quesito relevante nos trabalhos de auditorias, porém, sua avaliação envolve julgamento profissional e, portanto, subjetividade. Quanto a esse quesito, à luz dos princípios fundamentais de auditoria do setor público, é correto afirmar que:

- a) a materialidade de uma questão independe do contexto em que ela ocorre;
- b) a análise da materialidade afeta a avaliação dos seus resultados, mas não afeta as decisões relativas à natureza e à extensão dos procedimentos de auditoria;
- c) a consideração de aspectos quantitativos deve ser evitada em termos de julgamento de materialidade;
- d) as necessidades dos usuários não devem afetar a determinação da materialidade feita pelo auditor;
- e) o julgamento da materialidade pode se relacionar a um item individual ou a um grupo de itens, tomados em conjunto.

**55.** Quando uma opinião de auditoria é utilizada para transmitir o nível de asseguração, a opinião deve ser em um formato padronizado. Ao tratar da opinião do auditor, a NBASP 100 (ISSAI 100) - Princípios Fundamentais de Auditoria do Setor Público define que:

- a) uma opinião qualificada (exceto por) pode ser considerada não modificada se os efeitos não forem relevantes;
- b) uma opinião não modificada pode ser usada somente quando o nível de asseguração for limitado;
- c) recomendações para ações corretivas não devem ser incluídas no relatório de opinião do auditor;
- d) a opinião modificada pode ser do tipo adversa;
- e) a emissão de relatório com opinião modificada dispensa a apresentação da natureza e a extensão da modificação.

**56.** Em relação ao que prevê a NBASP (ISSAI) 3000, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) É importante que o auditor mantenha boas relações profissionais com todas as partes interessadas envolvidas na auditoria. Entretanto, essas comunicações não devem afetar a independência e a imparcialidade da EFS.
- b) A evidência de auditoria deve ser tanto suficiente (quantidade) quanto apropriada (qualidade) para persuadir uma pessoa conhecedora que os achados de auditoria são razoáveis.
- c) A gestão da auditoria operacional como um projeto requer o desenvolvimento de metodologias e estratégias de gerenciamento de projetos.
- d) Para ser completo, um relatório de auditoria deve incluir todas as informações e argumentos necessários para abordar o(s) objetivo(s) e as questões de auditoria.
- e) O monitoramento refere-se à análise feita pelo auditor das ações corretivas adotadas pelos usuários previstos, com base nos resultados da auditoria operacional.

**57.** De acordo com o disposto na NBASP 10, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) Os Tribunais de Contas podem ser obrigados a modificar ou se abster de realizar determinadas auditorias, desde que imperativo para aplicação dos princípios que regem a Administração Pública.
- b) Os Tribunais de Contas devem exercer suas atividades de auditoria de forma autônoma e independente dos entes auditados, livre de interferência política, financeira, administrativa ou de quaisquer outras.
- c) Os Tribunais de Contas têm a responsabilidade de assegurar que se mantenha a independência em todas as fases da auditoria.
- d) Os Tribunais de Contas não podem sofrer ingerência por parte da Administração Pública sobre o desempenho das suas funções.

e) Ao atender às solicitações para realizar trabalhos específicos, os Tribunais de Contas devem manter independência para conduzir todas as suas atividades, não permitindo interferências na contratação de consultores e especialistas e nem tampouco na extensão dos procedimentos.

**58.** Analise os itens a seguir.

- I. Os Tribunais de Contas devem permitir ao auditado examinar o relatório preliminar de auditoria antes que ele seja tornado público.
- II. O exame do relatório preliminar pelo auditado oportuniza ao gestor tomar conhecimento dos achados, conclusões e propostas em seu contexto completo e por escrito.
- III. A apreciação do relatório preliminar pelo auditado, bem como o conhecimento dos achados e conclusões, não deve acontecer nos casos em que, de forma fundamentada, o exame prejudique o objetivo da fiscalização.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) I;
- b) II;
- c) I e II;
- d) I e III;
- e) I, II e III.

59. Em 1992, o COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*) publicou a obra Controle Interno – Estrutura Integrada, (*Internal Control – Integrated Framework*), o modelo do COSO tornou-se referência mundial para as organizações de uma forma geral, como metodologia de avaliação e aperfeiçoamento dos seus sistemas de controle interno. São elementos que compõem o ambiente de controle definidos pelo COSO, exceto:

- a) integridade e os valores éticos da organização
- b) capacidade da administração de sobrepassar o controle interno
- c) a estrutura organizacional e a delegação de autoridade e responsabilidade
- d) o processo de atrair, desenvolver e reter talentos competentes
- e) o rigor em torno de medidas, incentivos e recompensas por performance

60. De acordo com a Declaração de Lima, as Entidades de Fiscalização Superiores prestam serviços de:

- a) avaliação externa
- b) auditoria externa
- c) auditoria interna
- d) controle prévio
- e) monitoramento

## CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

### NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL

*Nelma Fontana*

61. Analise as seguintes afirmativas:

- I – Ricardo é Vice-Governador do Estado X pelo segundo mandato consecutivo. Após pesquisas internas, seu partido entendeu que não seria viável que ele se candidatasse para o cargo de governador, de tal forma, pretende o partido que ele concorra, novamente ao cargo que ocupa.
- II - Mariana é Governadora do Estado Y em primeiro mandato e decide, em julho do ano das Eleições, se candidatar à Presidência da República, razão pela qual renunciou ao governo do estado.
- III - Tarso é brasileiro nato, tem 30 anos, não possui cargo eletivo e pretende se candidatar a vereador do Município Alfa nas eleições municipais de 2024. Tarso era casado com Júlia, prefeita do Município Alfa (mandato 2021-2025) até o divórcio do casal em 2022.

Considerando as condições de elegibilidade e inelegibilidade, assinale a alternativa correta:

- a) Ricardo não poderá ser candidato, Mariana e Tarso sim.
- b) Tarso não poderá ser candidato, Ricardo e Mariana sim.
- c) Mariana não poderá ser candidata, Ricardo e Tarso sim.
- d) Todos poderão ser candidatos.
- e) Nenhum poderá ser candidato.

**62.** Sobre os direitos e deveres individuais e coletivos contidos no artigo 5º da Constituição Federal e a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal a respeito da matéria, indique a única alternativa que contém informação correta:

- a) A obrigatoriedade do visto de advogado para o registro de atos e contratos constitutivos de pessoas jurídicas fere a liberdade associativa.
- b) Os tratados internacionais sobre direitos humanos são incorporados automaticamente ao ordenamento jurídico brasileiro com força de norma constitucional derivada.
- c) É inconstitucional a fixação de segunda chamada em etapa de concurso público em razão de situações pessoais do candidato, porque a impessoalidade e o interesse público devem reger a Administração Pública. Dessa forma, candidatas gestantes não terão direito à remarcação de exame de aptidão física em concurso público.
- d) O exame psicotécnico poderá ser exigido como condição de habilitação de candidato a cargo público, sendo suficiente estar previsto no edital como etapa avaliativa.
- e) Segundo o Supremo Tribunal Federal, o percentual mínimo de 30% para candidatura de mulheres que deve ser observado pelos partidos políticos quando do registro de candidaturas deve também ser refletido na distribuição de recursos do Fundo Partidário. Na hipótese de o percentual de candidatas, por partido, superar a trinta por cento, a destinação do Fundo Partidário deverá guardar proporcionalidade.

**63.** O Estado Y editou lei que veda, no âmbito de seu território, operadoras de planos de saúde de limitarem consultas e sessões para o tratamento de pessoas com deficiência. Segundo entendimento do STF a referida lei é:

- a) Inconstitucional, pois legislar sobre direito civil e política de seguros é competência privativa da União.
- b) Inconstitucional, pois legislar em matéria de saúde é competência privativa da União.
- c) Constitucional, pois é competência comum cuidar da saúde e assistência pública, da proteção e garantia das pessoas portadoras de deficiência.
- d) Constitucional, pois é de competência concorrente legislar sobre proteção e integração social das pessoas portadoras de deficiência.
- e) Constitucional, pois há Lei Complementar federal que autoriza os Estados a legislar sobre tal matéria.

**64.** O Governo do Estado Alfa ajuizou ação contra decisões judiciais que beneficiaram o Município Beta, quanto à cobrança de impostos de empresas prestadoras de serviço à usina XXX, localizada no município. A respeito do caso narrado, considerando o disposto na Constituição Federal, indique a alternativa que contém o órgão competente para processar e julgar, originariamente, a referida ação judicial que tem como partes um Estado estrangeiro e um município brasileiro.

- a) Superior Tribunal de Justiça.
- b) Supremo Tribunal Federal.
- c) Juiz Federal.
- d) Tribunal Regional Federal.
- e) Tribunal de Justiça do Paraná.

**65.** Três meses após a posse do Presidente da República, a Câmara dos Deputados, por decisão de 3/5 de seus membros, autorizou a abertura de processo por crime de responsabilidade contra o Chefe do Executivo. Encerrada a instrução, tendo sido cumprido o rito processual, o Senado Federal, por decisão de 61 Senadores, condenou o Presidente, fato que gerou a aplicação das penas de perda do mandato e inabilitação por oito anos.

A respeito do caso narrado, aponte a única alternativa correta.

- a) Em decorrência da inabilitação, pelo período de oito anos, O Presidente não poderá exercer direitos políticos ativos e nem direitos políticos passivos.
- b) O rito do processo de impeachment não observou o regramento constitucional, uma vez que o quórum necessário para autorizar a abertura de processo por crime de responsabilidade é o de 2/3 do total de membros da Câmara dos Deputados.
- c) No Senado Federal, 41 votos seriam suficientes para condenar o Presidente da República por crime de responsabilidade, pois o quórum exigido pela Constituição Federal é o de maioria absoluta.
- d) No processo por crime de responsabilidade, eventual condenação enseja apenas a perda do cargo, não se admitindo a aplicação de inabilitação.
- e) A partir do momento em que a Câmara dos Deputados autoriza o processo, o Presidente da República deverá ser afastado do cargo por até 180 dias.

**66.** A criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum é competência

- a) dos Estados, mediante lei complementar.
- b) da União, por lei complementar.
- c) do Município, mediante lei.

d) da União, por lei aprovada pelo Congresso Nacional.

e) dos Estados, por lei aprovada pela Assembleia Legislativa.

**67.** João, Maria e seus dois filhos são estrangeiros e residem no Brasil ilegalmente. Os filhos do casal estão em idade escolar. João precisa de atendimento médico. Maria trabalha em condição irregular em fábrica de laticínios. Sobre a história narrada, à luz da Constituição Federal, indique a única alternativa correta.

- a) João, por ser estrangeiro em condição irregular no Brasil, não tem o direito de ser atendido gratuitamente em hospital público, uma vez que os direitos sociais são extensíveis apenas aos brasileiros e aos estrangeiros que residem legalmente no Brasil.
- b) Maria, embora estrangeira em condição irregular no Brasil, tem o direito de usufruir dos direitos trabalhistas previstos na Constituição Federal, dentre os quais o direito ao salário mínimo definido por lei, férias, um repouso semanal remunerado, preferencialmente aos domingos, jornada máxima diária de trabalho de oito horas e semanal de 44 horas.
- c) Os filhos de João, por serem estrangeiros e não possuírem a documentação necessária, não poderão ser matriculados em escola pública.
- d) João poderia ser extraditado do Brasil, na hipótese de ter cometido crime na Venezuela, ainda que a acusação no Estado estrangeiro seja a de crime de opinião.
- e) Maria, embora exerça no Brasil atividade laboral, por ser estrangeira, não pode ser integrada à previdência social.



## **CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS**

*Rodrigo Francelino*

**68.** Segundo a Constituição do Estado de Goiás o Tribunal de Contas do Estado é integrado por sete conselheiros, tem sede na Capital, quadro próprio de pessoal e jurisdição em todo o território estadual, exercendo, no que couber, as atribuições previstas no art. 46 desta Constituição. Sendo assim os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado serão nomeados dentre brasileiros que satisfaçam os seguintes requisitos, exceto:

- a) mais de trinta e cinco e menos de sessenta e cinco anos de idade
- b) mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade;
- c) idoneidade moral e reputação ilibada;
- d) notórios conhecimentos jurídicos, contábeis, econômicos e financeiros ou de administração pública;
- e) mais de dez anos de exercício de função ou de efetiva atividade profissional que exija os conhecimentos mencionados no inciso anterior.

**69.** Segundo a Constituição do Estado de Goiás os projetos das leis orçamentárias serão encaminhados à Assembleia Legislativa, pelo Governador do Estado, sobre o prazos assinale a alterativa correta.

- a) O projeto do plano plurianual será enviado até 31 de agosto e devolvido até 22 de dezembro do primeiro ano do mandato do Governador.
- b) O projeto de lei de diretrizes orçamentárias será enviado até oito meses e meio antes do término do exercício financeiro e devolvido até 30 de junho de cada exercício
- c) O projeto da lei orçamentária anual será enviado até três meses e meio antes do término do exercício financeiro e devolvido até 22 de Dezembro de cada exercício.

- d) O projeto do plano plurianual será enviado até 30 de setembro e devolvido até 15 de Dezembro de cada exercício.
- e) O projeto do plano plurianual será enviado até 31 de agosto e devolvido até 15 de dezembro do primeiro ano do mandato do Governador.

## **NOÇÕES DE DIREITO ADMINISTRATIVO**

*Antônio Daud*

**70.** Considerando o que dispõe a Lei 11.107/2005, que estabelece regras para os consórcios públicos, é correto afirmar que a União:

- a) não poderá participar de consórcios públicos.
- b) somente participará de consórcios públicos em que também façam parte todos os Estados em cujos territórios estejam situados os Municípios consorciados.
- c) poderá participar de quaisquer consórcios celebrados com municípios.
- d) poderá participar apenas de consórcios com Estados.
- e) poderá celebrar apenas consórcios de direito público.

**71.** No tocante à prestação indireta de serviços públicos, é correto afirmar que:

- a) A concessão de serviço público consiste na delegação de sua prestação, mediante licitação exclusivamente na modalidade concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas.
- b) A permissão de serviço público representa um dos instrumentos da descentralização por serviços, em que ocorre a delegação da titularidade e de sua prestação, sempre mediante prévia licitação.
- c) A interrupção da prestação do serviço público em razão do inadimplemento do usuário caracteriza-se como descontinuidade do serviço.
- d) Concessão administrativa representa o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública é usuária, direta ou indireta, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- e) A contraprestação do parceiro público ao parceiro privado, em uma parceria público-privada, será obrigatoriamente precedida da disponibilização do serviço objeto do contrato, embora se admita o pagamento relativo a parcela fruível do serviço em questão.

**72.** Considerando as regras legais sobre Acesso à Informação, é correto afirmar que:

- a) é de dez anos o prazo máximo de restrição de acesso a informações classificadas como reservadas.
- b) primariedade diz respeito à qualidade da informação não modificada quanto à sua origem.
- c) as informações de interesse público podem ser divulgadas, a critério da autoridade competente, em portais dos órgãos públicos disponibilizados na internet.
- d) o tratamento de informação sigilosa resultante de acordos internacionais atenderá às normas brasileiras, ainda que em descumprimento às recomendações constantes desses instrumentos.
- e) subtrair, por qualquer meio, documentos concernentes a possíveis violações de direitos humanos por parte de agentes do Estado constitui conduta ilícita que enseja responsabilidade.

**73.** João e Maria, estudantes do curso de Direito, a caminho de Caldas Novas/GO, discutiam sobre as características do regime próprio de previdência social (RPPS). João afirmou corretamente que o RPPS:

- a) alcança todos os ocupantes de cargos públicos.
- b) alcança agentes públicos ocupantes de mandatos eletivos.
- c) veda a adoção de requisitos diferenciados para concessão de benefícios, ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição Federal, a exemplo dos servidores com deficiência.
- d) tem seus atos de concessão de aposentadoria registrados pelo respectivo tribunal de justiça.
- e) não alcança agentes públicos que exercem cargo em comissão ou função de confiança.

**74.** Em relação ao registro de preços, enquanto procedimento auxiliar previsto na nova lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021), é INCORRETO afirmar que:

- a) É cabível, em qualquer situação, a participação de órgão público em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado.
- b) O edital de licitação para registro de preços deverá estabelecer o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou o de maior desconto sobre tabela de preços praticada no mercado.
- c) É vedado aos órgãos federais situados no Estado de Goiás aderirem à ata de registro de preços gerenciada por órgão estadual.
- d) O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, embora o contrato decorrente da ata possa ter vigência distinta.
- e) A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar.

**75.** Determinado município goiano publicou edital de chamamento público com o objetivo de entidades privadas interessadas apresentarem projetos de interesse público e recíproco na área de segurança pública. Ao final do processo seletivo, seria celebrada avença com a entidade vencedora, beneficiária de recursos financeiros originários dos cofres públicos municipais.

Considerando as regras da Lei 13.019/2014, referida avença terá forma de:

- a) contrato de gestão.
- b) termo de parceria.
- c) termo de fomento.
- d) acordo de cooperação.
- e) termo de colaboração.

**76.** Em relação ao controle sobre as compras públicas, é correto asseverar que:

- a) A legislação estabelece expressamente que, como mecanismo de governança, as contratações públicas sejam submetidas a práticas contínuas de gestão de riscos adotadas exclusivamente pelo poder público, sem sujeição ao controle social.
- b) As contratações públicas sujeitar-se-ão a 3 linhas de defesa, fazendo parte da segunda linha o órgão central de controle interno da Administração.
- c) Ao suspender cautelarmente o processo licitatório, o tribunal de contas deverá pronunciar-se definitivamente sobre o mérito daquela irregularidade no prazo de 25 dias úteis, prorrogável por igual período uma única vez.
- d) Controle concomitante é aquele que busca impedir a prática de atos ilegais, mediante avaliação do ato antes do início de sua prática.
- e) O julgamento da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria está sujeito ao prazo trienal, a contar da chegada do processo à respectiva Corte de Contas.

## **ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

*Luciana Marinho*

**77.** Conforme estabelecido pela Lei nº 4.320/1964, a execução das despesas orçamentárias ocorre através de três etapas: empenho, liquidação e pagamento.

Qual das alternativas abaixo descreve o tipo de empenho utilizado para despesas com valor definido e sujeitas a parcelamento, como por exemplo os compromissos relacionados a aluguéis?

- a) Fixo.
- b) Global.
- c) Ordinário.
- d) Estimativo.
- e) Operacional.

**78.** O conceito de despesa pública é abordado na Lei 4.320/64 e é obrigatório seguir suas diretrizes por todos os entes federativos. Dentro desse contexto, o primeiro desdobramento da categoria econômica de despesa, que compreende "as alocações para a manutenção de serviços já estabelecidos, incluindo aquelas destinadas a obras de conservação e adaptação de bens imóveis", é conhecido como:

- a) investimento.
- b) inversão.
- c) diverso.
- d) custeio.
- e) serviços de terceiros.

**79.** No estudo do orçamento público, tanto a Constituição Federal quanto a Lei de Responsabilidade Fiscal estabelecem diversas atribuições para os instrumentos de planejamento orçamentário. Contudo, há aspectos que são complementados pela Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e pela Lei Orçamentária Anual (LOA). Marque a alternativa que aborda um desses pontos complementares:

- a) à renúncia de receita
- b) às alterações na legislação tributária
- c) ao controle de custos
- d) aos critérios para limitação de empenho
- e) aos objetivos das políticas macroeconômicas

**80.** No que concerne à programação financeira e ao cronograma de desembolsos, a Lei de Responsabilidade Fiscal determina que é responsabilidade do Poder Executivo estabelecer dentro do prazo:

- a) diário
- b) quinzenal
- c) mensal
- d) bimensal
- e) trimestral

**81.** A Lei de Responsabilidade Fiscal define os procedimentos para a gestão das finanças públicas, com o objetivo de promover o planejamento e a transparência das atividades governamentais. Dentro desse contexto, sua área de abrangência:

- a) é aplicável à União e ao Distrito Federal, apenas.
- b) é aplicável aos Estados e aos Municípios, apenas.
- c) é aplicável ao Poder Executivo, apenas.
- d) impõe limites e condições a respeito da renúncia de receitas pelos governos.
- e) determina as despesas de capital para o próximo exercício financeiro.

**82.** O Plano Plurianual (PPA) foi projetado para ser o ponto central do sistema de planejamento renovado, direcionando os orçamentos anuais através da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Os três instrumentos (PPA, LDO e LOA) constituem a estrutura fundamental de um sistema unificado de planejamento e orçamento. Em relação ao PPA, é correto dizer que:

- a) Por ser um planejamento de médio prazo orientador, ele estabelecerá as diretrizes de política fiscal para o controle da dívida pública.
- b) Todo investimento público deve constar do PPA, caso contrário, o gestor responde por crime de responsabilidade.
- c) O PPA dispõe sobre os recursos do orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.
- d) Os planos e programas nacionais de longo prazo devem ser compatíveis com o Plano Plurianual.
- e) O plano plurianual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de correntes.

**83.** O orçamento público é a ferramenta empregada pelo Governo Federal para planejar a alocação dos recursos provenientes da arrecadação de impostos. Em relação ao orçamento público na Constituição Federal, é preciso destacar que:

- a) A lei de diretrizes orçamentárias estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- b) O Plano plurianual orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.
- c) A Lei Orçamentária Anual estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital.
- d) A lei orçamentária anual compreenderá o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
- e) Integrará a Lei Orçamentária Anual, para o exercício a que se refere e, pelo menos, para os dois exercícios subsequentes, anexo com previsão de agregados fiscais e a proporção dos recursos para investimentos que serão alocados na lei orçamentária anual para a continuidade daqueles em andamento.

## **CONTABILIDADE PÚBLICA**

*Gilmar Possati*

**84.** Acerca das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, assinale a opção correta:

- a) Os direitos e obrigações conveniadas ou contratadas são evidenciados no quadro das contas de compensação do balanço patrimonial.
- b) O resultado patrimonial é um indicador de desempenho e representa um medidor do quanto o serviço público ofertado promoveu alterações quantitativas dos elementos patrimoniais.
- c) As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valor conhecido de caixa e que estão sujeitas a risco de mudança de valor são evidenciadas dentro das disponibilidades como equivalentes de caixa, na estrutura do balanço patrimonial.
- d) O objetivo principal do Balanço Financeiro é evidenciar todas as movimentações financeiras de entradas e saídas que impactam o caixa e equivalentes de caixa em um exercício financeiro, possibilitando assim, a apuração do Superávit ou Déficit Financeiro.
- e) O superávit orçamentário é apresentado junto às receitas a fim de demonstrar o equilíbrio do Balanço Orçamentário.

**85.** O Município Audazes dos Pampas realizou um financiamento para aquisição de um terreno para construção de uma escola, no valor de R\$ 800.000,00. O pagamento será realizado em 12 prestações mensais, prazo equivalente ao estimado para a conclusão da obra. Os juros compostos são pós-fixados e atrelados à taxa de juros básica da economia (SELIC). Considerando essa operação, assinale a opção que indica o tratamento contábil correto:

- a) Na aquisição do bem, o ente público deverá registrar o terreno, em contrapartida ao passivo correspondente. Os juros do empréstimo deverão ser registrados em conta retificadora no passivo com a totalidade dos encargos.
- b) Na aquisição do bem, temos a configuração de uma variação patrimonial qualitativa, com movimentação a débito de uma conta de classe 1 do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e a crédito de uma conta de classe 2 do PCASP.
- c) Ao final do primeiro mês, uma conta redutora de passivo deverá ser creditada, em contrapartida de uma variação patrimonial diminutiva.
- d) Na aquisição do bem, o ente público deverá registrar o terreno, em contrapartida ao passivo correspondente. Os juros do empréstimo deverão ser registrados ao final do prazo de 12 meses.
- e) Ao final do primeiro mês, a conta empréstimos e financiamentos a pagar (curto prazo) deverá ser creditada, em contrapartida de uma variação patrimonial diminutiva.

**86.** Tendo em vista a melhor distribuição da receita pública entre os entes para consecução de suas obrigações legais, a Constituição estabeleceu que o produto da arrecadação tributária fosse redistribuído por meio da repartição tributária, segundo as regras e parâmetros por ela estabelecidos. Acerca do assunto pode-se afirmar corretamente que:

- a) O ente arrecadador deve realizar o registro da receita pelos valores líquidos das suas respectivas deduções e o respectivo valor a transferir no passivo por meio de provisão.
- b) No ente recebedor, o valor do direito a ser reconhecido deve corresponder à melhor estimativa, até o recebimento efetivo da transferência, quando deve observar o valor justo para o devido registro contábil.
- c) Após a ocorrência do lançamento do tributo, o ente recebedor deverá registrar um ativo – créditos a receber em contrapartida de uma Variação Patrimonial Aumentativa (VPA) pelo valor da arrecadação bruta.
- d) O ente arrecadador deverá registrar um passivo de prazo e valor certo em contrapartida de uma Variação Patrimonial Diminutiva (VPD) pela parcela do recurso a transferir ao ente recebedor.
- e) No momento da transferência, no ente arrecadador, sob o ponto de vista orçamentário, a transferência deverá ser realizada por meio de dedução de receita.



**87.** Nos termos da NBC TSP – Estrutura Conceitual para Elaboração e Divulgação de Informação Contábil de Propósito Geral pelas Entidades do Setor Público, as informações sobre a situação patrimonial, sobre o desempenho e sobre os fluxos de caixa são normalmente apresentadas nas demonstrações contábeis. Para auxiliar os usuários a entender, interpretar e inserir em contexto a informação apresentada nas demonstrações contábeis, os RCPGs também podem fornecer informações financeiras e não financeiras que aprimoram, complementam e suplementam as demonstrações contábeis, inclusive as informações sobre questões relacionadas ao governo ou outra entidade do setor público, tais como:

I - conformidade com os orçamentos aprovados e outra regulamentação relativa às suas operações;

II - as atividades de prestação de serviços e os seus respectivos resultados durante o exercício; e

III - as expectativas relacionadas às atividades da prestação de serviços e outras atividades no futuro, bem como as consequências, em longo prazo, das decisões tomadas e das atividades realizadas durante o exercício, inclusive aquelas que possam impactar as expectativas sobre o futuro.

Está(ão) certos:

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I, II e III.

**88.** O Município Audazes dos Pampas adquiriu material para consumo pela Secretaria de Meio Ambiente. Considerando a correta contabilização dessa aquisição, o Setor de Contabilidade deverá efetuar o seguinte registro contábil, no âmbito da natureza orçamentária, no momento do empenho da respectiva despesa:

a)

Débito – 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

Crédito – 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

b)

Débito – 6.2.2.1.3.03.xx Crédito Empenhado Liquidado a Pagar

Crédito – 2.1.3.x.x.xx.xx Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo

c)

Débito – 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

Crédito – 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

d)

Débito – 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

Crédito – 6.2.2.1.3.04.xx Crédito Empenhado Pago

e)

Débito – 6.2.2.1.3.01.xx Crédito Empenhado a Liquidar

Crédito – 6.2.2.1.1.xx.xx Crédito Disponível

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E POLÍTICAS PÚBLICAS

*Elisabete Moreira*

**89.** A accountability foi um conceito inserido na gestão pública, a partir da reforma administrativa realizada em meados de 1995, como uma nova forma de controle dos resultados, como:

- a) legitimação das formas de controle das agências reguladoras sobre a sociedade civil.
- b) capacidade de um dirigente de atender às suas demandas, pela imposição, restrição ou penalização.
- c) legitimação do poder de vigilância, orientação e correção dos três poderes sobre as empresas.
- d) permissão de condições para que os cidadãos participem da definição e avaliação dos programas e políticas públicas.
- e) extensão e ampliação do escopo de atuação do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário sobre as organizações e a sociedade civil

**90.** O modelo de gestão governamental experimentado no século XX, que se baseava na ideia de que os serviços deveriam ser prestados com foco na equidade e nas necessidades dos cidadãos, ficou conhecido como

- a) Gerencialismo puro
- b) *Public Service Orientation* – PSO
- c) Taylorismo
- d) Consumerismo
- e) Toyotismo

**91.** A administração pública vem se utilizando do Balanced Scorecard (BSC) como metodologia de medição e gestão de desempenho. Com relação ao BSC, assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) A construção do BSC deve partir da Visão e da Estratégia definidas no âmbito do planejamento estratégico, integrando o geral ao particular, num processo de desdobramento até o nível operacional.
- ( ) Para viabilizar as mudanças necessárias na organização, os autores, Kaplan e Norton identificaram três papéis críticos a serem desempenhados nas organizações: construtor, comunicador e implantador.
- ( ) Constituem componentes do BSC os temas estratégicos, os objetivos estratégicos, as metas e o aprendizado e crescimento.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) F, V e F.
- b) F, V e V.
- c) V, F e F.
- d) V, V e F.
- e) V, F e V.

**92.** Um importante aliado para a melhoria dos serviços públicos é a utilização das tecnologias da informação e comunicação que permitiram o desenvolvimento do governo digital e a transformação na disponibilização das informações. Acerca do tema, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- ( ) O governo digital gerou menor contato com o usuário dos serviços públicos, não obstante permitiu maior foco nos processos administrativos.
- ( ) O governo digital ampliou a participação social, o controle social, a simplificação administrativa, não obstante ter gerado um aumento de custo para o governo.
- ( ) O governo digital permitiu integração dos serviços públicos, disponibilização de dados nos sítios da internet em atendimento à legislação vigente, sendo o Estado um consumidor de tecnologia.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- a) F, V, V.  
b) V, V, F.  
c) F, F, V.  
d) F, V, F.  
e) V, V, V.

**93.** A utilização de indicadores na administração pública permite o gerenciamento e a avaliação dos serviços a partir de critérios objetivos que gera em melhoria aos cidadãos. Acerca dos indicadores de desempenho na busca de resultados, tem-se que:

- I. A eficiência está atrelada ao uso racional e econômico dos insumos disponíveis para a produção de bens ou serviços, a exemplo do aumento no número de leitos disponibilizados por um governo para a sociedade.
- II. A efetividade é expressão do atingimento dos objetivos fixados e dos resultados almejados pela sociedade e pode ser representada pelo aumento

na relação leito/pacientes atendidos nos hospitais públicos.

III. A economicidade ocorre quando um gestor público adquire livros, fardamentos e merenda para as escolas, com um custo abaixo do valor planejado, mantendo os padrões de qualidade previstos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- a) I.  
b) I e II.  
c) I e III.  
d) II.  
e) III.

**94.** A respeito do setor público e da participação da sociedade civil na gestão de políticas públicas, avalie as seguintes alternativas:

I – Os conselhos gestores de políticas públicas possuem sua composição definida pela Constituição Federal de 1988, podendo variar caso a caso e receber características próprias.

II - Os conselhos gestores são espaços públicos não estatais, que atendem ao princípio da paridade, composto por representantes da sociedade e do governo, exigida lei para sua criação e institucionalização.

III - As conferências são espaços de participação popular, oficiais, de discussão acerca das diretrizes gerais de determinada política pública, cujos resultados serão incorporados às agendas institucionais.

Assinale a opção correta.

- a) Somente a I está correta.  
b) Somente a II está correta.  
c) Somente a I e II estão corretas  
d) Somente a I e III estão corretas.  
e) Somente a II e III estão corretas

95. As políticas públicas, após terem sido formuladas, só se transformam em ações governamentais se forem implementadas. A implementação, por sua vez, pode ser conduzida segundo diferentes modelos. Caso prevaleça o modelo de baixo para cima (*bottom-up*), indique qual das características abaixo deverá estar presente.

- a) Cadeia de comando com foco nos decisores de alto escalão.
- b) Objetivos definidos e não-contraditórios.
- c) Envolvimento de atores públicos e privados com a implementação e avaliação da política.
- d) Baixa autonomia dos níveis médios e inferiores da gestão pública.
- e) Ênfase na comunicação de objetivos / tarefas, coordenação de ações e responsabilização pelo cumprimento das atribuições de cada parte.

### ANÁLISE DE DADOS (ESTATÍSTICA)

Carlos Henrique

96. A jovem cientista Corujinha decide testar uma hipótese em um experimento químico. Para testar  $H_0: \mu \leq 10$  contra  $H_1: \mu > 10$ , sendo  $\mu$  a média de uma variável populacional suposta normalmente distribuída com variância igual a 100, uma amostra aleatória simples de tamanho 25 foi obtida e resultou num valor da média amostral igual a 15,76. Diante de um nível de significância de 1%, o valor-p (nível crítico) correspondente e a decisão a ser tomada são respectivamente:

- a) 0,102 e não rejeitar  $H_0$ .
- b) 0,102 e rejeitar  $H_0$
- c) 2,88 e não rejeitar  $H_0$
- d) 0,002 e rejeitar  $H_0$ .
- e) 0,002 e aceitar  $H_0$

97. Uma amostra aleatória de tamanho 400 revelou que 64% dos brasileiros acreditam em vida inteligente fora do planeta Terra. O intervalo de 95% de confiança para a proporção de brasileiros que acreditam em vida inteligente fora do planeta Terra é:

- a)  $64\% \pm 3,8\%$
- b)  $64\% \pm 4,1\%$
- c)  $64\% \pm 4,7\%$
- d)  $64\% \pm 5,2\%$
- e)  $64\% \pm 5,8\%$

Corujinha, ao realizar um estudo sobre duas variáveis X e Y, chegou a seguinte tabela de distribuição conjunta para duas variáveis (X e Y). Diante do exposto responda às perguntas 98 e 99

	X=0	X=1	P(y)
Y=0	0,4	0,2	0,6
Y=1	0,3	0,1	0,4
P(x)	0,7	0,3	1

98. Corujinha está tentando descobrir os valores esperados das variáveis X e Y. Quais são os valores, respectivamente?

- a) 0,1 e 0,2
- b) 0,3 e 0,4
- c) 0,4 e 0,6
- d) 01, e 03,
- e) 0,5 e 0,2

99. Corujinha fez o cálculo da covariância entre X e Y. Qual o valor encontrado por Corujinha?

- a) -0,03
- b) -0,01
- c) -0,02
- d) 0,01
- e) 0,02

**100.** Uma instituição financeira pretende lançar no mercado um aplicativo para celular. Para isso, deseja relacionar o grau de conhecimento dos clientes com as variáveis: nível de escolaridade e idade.

Uma amostra aleatória de 46 clientes foi selecionada e, posteriormente, aplicou-se o modelo de regressão linear, sendo a variável dependente o grau de conhecimento, em uma escala crescente, e as variáveis independentes (i) o nível de escolaridade, em anos de estudo com aprovação, e (ii) a idade, em anos completos.

Os resultados obtidos para os coeficientes foram:

	Coefficientes	Erro padrão	Estatística t	valor-P
Interseção	50,7	4,1	12,4	8,5E-16
Nível de escolaridade (anos de estudo com aprovação)	4,0	0,3	12,4	9,1E-16
Idade (anos completos)	-0,6	0,1	-8,4	1,2E-10

O grau de conhecimento esperado de um cliente com 10 anos de estudos com aprovação e com 30 anos de idade completos é

- a) 108,7
- b) 94,1
- c) 54,1
- d) 72,7
- e) 86,1

## Discursiva 1

Determinada Lei estadual, cuja iniciativa foi do Poder Legislativo, impôs aos órgãos integrantes da administração pública direta e indireta do estado a obrigação de divulgar na imprensa oficial e na Internet os dados básicos relativos a contratos de obras públicas nas rodovias estaduais e criou o Conselho de Comunicação Social do estado, destinado a orientar seus órgãos de comunicação. A lei previu a participação de representantes de entidades da sociedade civil e de órgãos do poder público na composição desse conselho.

Considerando a situação hipotética apresentada e as regras relacionadas ao processo legislativo e à distribuição de competência entre os entes da Federação, disserte sobre a constitucionalidade da lei editada, abordando, à luz da Constituição Federal de 1988 (CF) e da jurisprudência do Supremo Tribunal federal (STF), os seguintes aspectos:

- a) A repartição da competência legislativa entre a União e os estados membros, conforme a CF e a doutrina;
- b) A competência da União para editar normas gerais sobre licitação e contratação;
- c) O vício de iniciativa no processo legislativo.

**Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:**

[Correção de Redação](#)



**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## Discursiva 2

Um órgão público, mediante prévio procedimento licitatório, celebrou contrato para a realização de determinada obra. Durante a execução do contrato, foram constatados problemas como o não cumprimento de cláusulas contratuais e de prazos.

Em decorrência desses fatos, o órgão extinguiu unilateralmente o contrato, retendo a garantia e aplicando cumulativamente as penalidades de advertência, de suspensão temporária de participação em licitação e de impedimento de licitar e contratar com a administração, sendo assegurados ao contratado o contraditório e a ampla defesa no âmbito do processo administrativo.

Inconformada, a empresa contratada interpôs recurso administrativo invocando:

- a) ilegitimidade do ato de extinção unilateral;
- b) seu direito à devolução da garantia, caso admitida a rescisão; e
- c) inviabilidade de aplicação cumulativa das sanções administrativas.

Considerando a situação hipotética apresentada, analise os questionamentos apresentados pela empresa contratada, posicionando-se, de forma fundamentada, a respeito de cada um deles.

**Obs.: o serviço de correção da redação (aspectos linguísticos) pode ser adquirido no link abaixo:**

[Correção de Redação](#)

**Folha de Resposta**

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## NÃO É ASSINANTE?

*Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!*

<http://estrategi.ac/assinaturas>

## CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

*Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!*

<http://estrategi.ac/ok1zt0>

---